



POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO



SANCIONADA



Sancionada Política Nacional de Combate à Desertificação



INSA
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

Laboratórios e campos experimentais do Insa

A Política de Combate à Desertificação visa instituir mecanismos de prevenção, proteção, preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais em todo o território nacional.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) decretou 2015 como o Ano Internacional dos Solos, com o objetivo de ressaltar a importância da conservação do recurso natural. Após demandas da sociedade civil e de instituições ligadas à preservação ambiental, a Presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou, no dia 30 de julho de 2015, a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos, assim como a instituição da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD).

Em todo o país, cerca de 1500 municípios de 11 estados e, aproximadamente, 35 milhões de habitantes já são afetados pelo problema da desertificação. Os dados comprovam a urgência que existia na criação de uma Lei voltada à situação. A Lei Ordinária Nº 13.153 foi proposta inicialmente pela Câmara dos Deputados e tramitava desde 2007.

A Lei concede ao poder público o papel de mapear e diagnosticar os processos de desertificação, compreendido como a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores e vetores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas.

Ciência, tecnologia, sociedade e conhecimentos tradicionais

Ações e políticas públicas nas áreas ambientais e tecnológicas recebem espaço no texto legal, ressaltando-se a necessidade de o Estado estimular a criação de centros de pesquisa e mecanismos de fomento para o desenvolvimento de pesquisas nas temáticas desertificação e seca, bem como de tecnologias de combate à desertificação.

Promover a segurança ambiental, alimentar, hídrica e

energética nas áreas suscetíveis ao processo é um dever do país. Para isso, a Lei propõe que sensibilizar as populações afetadas do ponto de vista socioambiental é uma das formas de contribuir para melhorar as suas condições de vida.

A democratização do conhecimento acerca da temática e a incorporação e valorização dos conhecimentos tradicionais sobre o manejo e o uso sustentável dos recursos naturais são compromissos previstos na Política.

Acrescenta-se também a articulação com políticas públicas, em especial àquelas dedicadas à erradicação da miséria, à reforma agrária, à promoção da conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Água, solos e atividades econômicas

A Lei ainda visa à integração social e ambiental sustentável da produção e do uso dos recursos hídricos como uma boa prática de prevenção, adaptação e combate à desertificação. Para isso, foca no apoio aos sistemas de irrigação sustentável e na necessidade de promover infraestruturas de captação, armazenagem, condução hídrica e reúso de águas.

Cumprindo ao poder público promover a agricultura familiar e fomentar a sustentabilidade ambiental e as atividades econômicas essenciais para as regiões afetadas. Estas atividades incluem: ecoagricultura, silvicultura, manejo silvipastoril, agropecuária de baixo carbono, produção sustentável de carvão vegetal, manejo extrativista de produtos não madeireiros e sistemas agroflorestais, com a

diversificação e o beneficiamento da produção na origem.

Essas atividades devem estar atreladas à capacitação dos técnicos em extensão rural e à constituição de agroindústrias e unidades de beneficiamento artesanais e familiares com base na sustentabilidade ecológica.

CNCD

A Lei também institui a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Com a finalidade de atuar de forma alinhada à Política Nacional de Combate à Desertificação, será responsável por promover articulações, orientar, acompanhar e avaliar a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD – sigla em inglês).

A CNCD também será responsável por estabelecer estratégias de ações de governo para o combate à desertificação e à degradação da terra, visando o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza em todo o território nacional, dentre outras competências.

Esta Lei entrou em vigor em 31 de julho de 2015. Para acessá-la na íntegra, clique no link: <http://migre.me/roaMd>

DESERTIFICAÇÃO

Projeto sobre agricultura familiar analisa qualidade dos solos no Semiárido brasileiro

A quinta Oficina de Trabalho da Pesquisa Insa-Asa sobre sistemas agrícolas familiares discutiu a fertilidade dos solos no Semiárido

Pesquisadores-bolsistas e representantes de organizações sociais que atuam no projeto **“Sistemas Agrícolas Familiares Resilientes a Eventos Ambientais Extremos no Contexto do Semiárido Brasileiro”**, um projeto trienal realizado pelo Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI) em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), se reuniram na sede do Insa, em Campina Grande (PB), do período de 12 a 14 de agosto, para analisar o monitoramento dos dados econômicos e socioecológicos das 100 famílias estudadas nos dez territórios abrangidos pela pesquisa.



Pesquisadores reunidos na sede do Insa

Nesta quinta etapa de avaliação do projeto, os pesquisadores detalham as estratégias que as famílias utilizam para o manejo da fertilidade dos solos. Para conseguirem os resultados, eles coletaram amostras das comunidades estudadas e as enviaram para uma análise química nos laboratórios do Insa.

De posse dos resultados, o objetivo imediato foi compreender quais técnicas promovem a conservação da terra com mais eficiência. Também foram avaliadas diversas características estruturais das pequenas propriedades rurais, como produtividade, autonomia, resiliência, gestão, adaptabilidade,

estabilidade e equidade, além das questões de gênero, para uma melhor compreensão do papel da mulher no sucesso das experiências tecnológicas no campo.

A pesquisa "Insa-Asa" está distribuída em todos os estados do Semiárido e tem o objetivo de identificar as estratégias ecológicas e sociais implementadas pelos pequenos agricultores para resistirem ou se recuperarem de impactos ambientais extremos, como a desertificação, as mudanças climáticas e os períodos de longas estiagens.

Recentemente, a pesquisa foi reconhecida pela

Convenção das Nações Unidas para Combate a Desertificação (UNCCD) como iniciativa que contribui para o manejo sustentável da terra, melhorando as condições de vida das populações e dos ecossistemas afetados pela desertificação e pela seca.

Os territórios estudados são: Sertão do São Francisco (BA), Ibiapaba (CE), Alto Rio Pardo (MG), Cariri/Seridó e Borborema (PB), Sertão do Araripe (PE), Vale do Guaribas (PI), Sertão do Apodi (RN), Alto Sertão (SE) e Médio Sertão (AL).

FORMAÇÃO

Pós-Graduação em Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido é encerrada no Insa



Jonas Duarte, coordenador do curso

A iniciativa foi uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Insa, com financiamento do CNPq, por meio do Pronera/MDA, e parceria da Via Campesina

Entre os dias 03 e 06 de agosto, ocorreu na sede do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI), em Campina Grande (PB), as apresentações das pesquisas realizadas no curso de especialização da residência agrária em "Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido". O objetivo da formação foi estruturar o processo de construção do conhecimento histórico, propiciando o domínio dos usos de tecnologias sociais sustentáveis na região.

Um total de 55 educandos participou do Curso, incluindo camponeses, técnicos e educadores, vindos de assentamentos e comunidades rurais de seis estados do Semiárido brasileiro. O curso baseou-se no regime de alternância, em que prática e teoria se fundem em uma dinâmica transformadora, na perspectiva da convivência com o Semiárido.

A Coordenadora Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Raquel Vuelta, destacou a atuação do Insa e sua contribuição na elaboração do conhecimento a partir dos saberes populares e da experiência do viver camponês, no contexto do Semiárido brasileiro. "Consideramos que as políticas públicas têm que ter este olhar. Não devem ser únicas, mas, sim, com uma característica e um perfil diferenciado para cada região, para cada estado, conforme o Insa está fazendo em toda região Nordeste."

O coordenador do curso, professor Jonas Duarte (UFPB), e pesquisador visitante do Insa, destaca que "o Insa é um órgão brasileiro de pesquisa científica que busca dialogar com os movimentos sociais e com os setores da sociedade preocupados com a transformação da realidade do Semiárido brasileiro".



Turma de formandos

"O Insa é um órgão brasileiro de pesquisa científica que busca dialogar com os movimentos sociais e com os setores da sociedade" (Jonas Duarte)

Inscrições para Direção do Insa vão até 16 de setembro

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) deu início no dia 17 de agosto de 2015, ao processo de seleção para direção do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), que será realizado por um Comitê de Especialistas, nomeado pelo ministro Aldo Rebelo. Os candidatos interessados poderão enviar suas cartas de inscrição até o dia 16 de setembro de 2015.

A seleção, que dará origem a uma lista triplíce a ser encaminhada ao ministro do MCTI, é realizada por um comitê de especialistas, que busca identificar, na comunidade científica, tecnológica e empresarial, nomes que se identifiquem com as diretrizes técnicas e político-administrativas estabelecidas pela instituição.

Poderão se inscrever ao cargo quaisquer pesquisadores ou tecnólogos brasileiros ou naturalizados, portadores de diploma de doutorado, que atendam aos requisitos básicos, como competência profissional reconhecida, visibilidade junto à comunidade científica e tecnológica, experiência administrativa e capacidade de promover a agregação entre os servidores do Insa, visão de futuro para a instituição e empenho no desenvolvimento integrado científico e tecnológico do País.

Também é esperado do candidato ou candidata a capacidade de tratar problemas políticos relacionados com a Unidade, experiência em cooperação nacional e internacional, motivação para enfrentar novos desafios e compromisso com a execução do Plano Diretor do Insa 2011-2015.



Sede administrativa em Campina Grande (PB)

Comitê de Busca

De acordo com a Portaria nº 388 que instituiu o Comitê de Busca para auxiliar o Ministro na escolha da direção do Instituto, o Comitê para o Insa será formado por cinco membros: Professora Dra. Helena Bonciani Nader, presidente do Comitê de Especialistas e representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e os doutores Jorge Almeida Guimarães, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Avílio Antônio Franco, da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Evaldo Ferreira Vilela, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e Romero Marinho de Moura, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Inscrições

As cartas de inscrição devem ser enviadas pelos Correios e por via eletrônica para a Dra. Helena Bonciani Nader, presidente do Comitê de Busca para o Insa, no endereço Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Bioquímica, Rua 3 de Maio, 100 – 4º Andar, Vila Clementino, São Paulo – SP, CEP 04.044-020, e para o e-mail presidencia@sbpcnet.org.br, acompanhadas de curriculum vitae do candidato e de um texto de até cinco páginas, descrevendo seu projeto de gestão e sua visão de futuro para o Insa, bem como a aderência do seu projeto de gestão ao Plano Diretor 2011-2015.

O processo seletivo inclui, além do exame de curriculum vitae, uma apresentação pública do Plano de Gestão e Visão de Futuro para o Insa e uma entrevista oral dos candidatos, em local, data e hora a serem previamente anunciados pelo Comitê.

Acesse o edital da seleção: <http://migre.me/roaXg>

Acesse a publicação da seleção no DOU: <http://migre.me/roaYI>

Para acessar o Plano Diretor da Unidade: <http://migre.me/rob0N>

Uepb e Insa realizam Curso de “Água e Ecologia Política”



Pesquisador José Esteban Castro, da Universidad de Newcastle

Foi realizado no período de 10 a 14 de agosto, na sede do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI), o curso “Água e desenvolvimento no contexto da Ecologia Política”. Uma parceria entre Universidade Estadual da Paraíba (Uepb), por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, e o Insa, o curso foi ministrado pelo pesquisador José Esteban Castro. Contou com 60 participantes, oriundos de diversas áreas do conhecimento e estados do Semiárido.

Ecologia Política é um campo interdisciplinar de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos ou conflitos socioambientais. Esse campo teórico se fortalece principalmente a partir da década de 1980, em consequência da crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais no enfrentamento da “crise ambiental” e na busca por justiça ambiental.

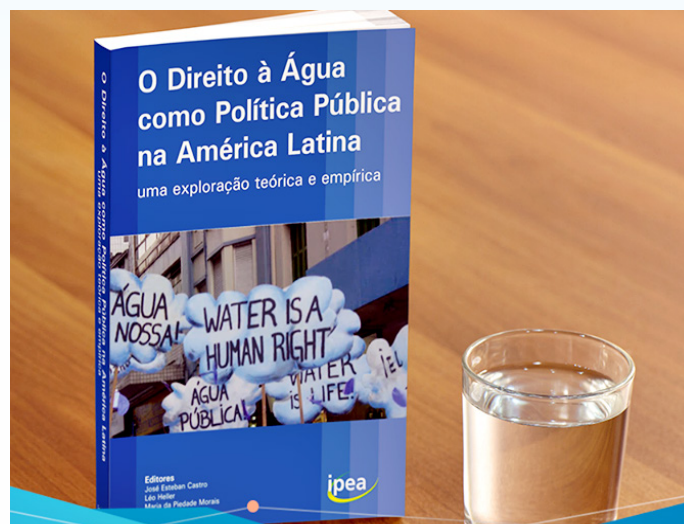
Livro sobre direito à água foi lançado no Insa

Foi lançado no dia 14 de agosto, o livro “Direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica”. O lançamento ocorreu no auditório do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI), em Campina Grande (PB), como uma das atividades realizadas no âmbito do curso “Água e desenvolvimento no contexto da Ecologia Política”.

Resultado de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Rede Waterlat-Gobacit, a obra analisa questões fundamentais relativas à compreensão dos desafios que apresenta, na prática, a concretização de políticas públicas orientadas pelo direito humano à água. Os capítulos, com foco em estudos de caso latino-americanos, têm uma abordagem interdisciplinar, integrando perspectivas do direito, da antropologia, da economia, da sociologia, da ciência política, da geografia, das disciplinas técnicas, particularmente a engenharia sanitária, e das políticas públicas em geral.

O livro foi apresentado pelo sociólogo argentino José Esteban Castro, professor da Universidad de Newcastle, Inglaterra. Ele organizou a obra juntamente com os professores Léo Heller e Maria da Piedade Moraes.

O livro traz textos de pesquisadores latino-americanos, dentre eles da Universidade Estadual da Paraíba (Uepb). O capítulo 10 – “Elementos para uma avaliação crítica do programa brasileiro de formação e mobilização social para convivência com o semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais” – tem a colaboração do professor Cidoval Moraes,



que atua no Mestrado de Desenvolvimento Regional da Instituição. Ajudaram a escrever o capítulo os professores Uende Aparecida Figueiredo Gomes, Priscilla Cordeiro de Miranda, João Luiz Pena e Beatriz Ceballos.

O presidente do Ipea, Jessé Souza, ressalta que “a coletânea será uma contribuição importante para o debate contemporâneo sobre o desenho e a implementação de políticas públicas orientadas a aprofundar a democratização da gestão e do acesso à água no Brasil e no mundo”.

O livro está disponível para download no endereço: <http://migre.me/ra679>

Centro Vocacional Tecnológico promove intercâmbio no Insa com agricultores da Bahia



Visita à unidade demonstrativa de reúso de água

Assentados rurais visitaram o Insa para conhecer técnicas de reúso de água que podem ser replicadas para produção agrícola no Semiárido.

Um grupo de nove agricultores do assentamento rural Jiboia, localizado no município de Senhor do Bonfim (BA), realizaram uma visita de intercâmbio ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), nos dias 03 e 04 de agosto de 2015. Eles estavam acompanhados por duas assessoras técnico-sociais e um professor do Instituto Federal Baiano (IFBaiano), campus Senhor do Bonfim, além de quatro pesquisadores do Insa.

A comitiva foi formada para seus integrantes conhecerem as experiências de reúso de água realizadas pelo Insa para produção agrícola, com a intenção de replicá-las no assentamento rural no qual vivem. Os moradores daquela região recebem apoio técnico do Centro Vocacional Tecnológico na Bahia (CVT).

Conheça o CVT

Criado por meio de uma parceria firmada entre o IFBaiano e o Insa, o CVT teve sua proposta aprovada na chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq nº 81/2013, e encontra-se sob supervisão do professor do IFBaiano, Delfran Batista.

O principal objetivo do projeto é criar um centro de formação regional para a convivência com o Semiárido, onde os agricultores, estudantes e técnicos da região possam ter contato com técnicas de agroecologia, produção orgânica e tecnologias sociais.

A sede do CVT é no campus Senhor do Bonfim (BA), mas existem ações sendo desenvolvidas em várias regiões do Semiárido. O Centro Vocacional tem apoiado e realizado eventos técnico-científicos e educacionais nas áreas de agroecologia, com abrangência nos municípios de Senhor do Bonfim, Saúde e Euclides da Cunha. Também realiza acompanhamento, assistência e identificação de agricultores em Inhambupe, Senhor do Bonfim, Capim Grosso, Santa Inês e Caém, todos na Bahia.

Outra proposta colocada em prática foi a instalação do circuito de tecnologias sociais nos campus do IFBaiano em Senhor do Bonfim e Serrinha. Ainda são realizados, periodicamente, cursos de capacitação de curta e longa duração em assentamentos rurais, cooperativas, associações e escolas agrícolas.

Também estão sendo instaladas áreas experimentais de pesquisa na temática da agroecologia e produção orgânica, sementes crioulas, reúso de água e captação de água de chuva em comunidades.

ARTICULAÇÃO

Insa e Uepb realizam evento para debater processo de envelhecimento no Semiárido

O Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realizou no dia 26 de agosto, o Seminário “Envelhecimento ativo no Semiárido brasileiro: inclusão e qualidade de vida”.

O Seminário ocorreu no auditório do Insa, em Campina Grande (PB), a partir de uma parceria da Universidade Estadual da Paraíba (Uepb), por meio do programa Universidade Aberta à Maturidade (Uama), com o Insa, por intermédio do Programa Semiárido em Foco, e com a ONG Maturidade Cidadã.

O evento iniciou um processo de reflexão e iniciativas no campo da formação, capacitação e articulação, que poderá subsidiar políticas públicas e ações da sociedade civil, tomando como referência a experiência da Uama.

Além de difundir e socializar as ações e os resultados da Uama, o Seminário também buscou sensibilizar gestores, técnicos, pesquisadores e demais participantes para a importância de ampliar e fortalecer iniciativas na região semiárida para inclusão da pessoa idosa, especialmente



Alunos e alunas da Uama

Observa-se que o idoso, depois da aposentadoria, geralmente com 65 anos ou mais, não deixa completamente suas atividades no campo, mas continua ativo, desenvolvendo tarefas conforme permitem suas condições físicas.

A Uama é um Programa Especial da Uepb, voltado para o público idoso, com o objetivo de proporcionar convivência e inclusão social, troca de experiências e formação de lideranças comunitárias, aprendizado, conhecimento e pesquisa, visando uma melhor qualidade de vida e o envelhecimento bem-sucedido. O Programa iniciou em Campina Grande suas atividades voltadas à formação da pessoa idosa, com abrangência na região Agreste da Paraíba. Tem ampliado sua ação com vistas à educação para o envelhecimento ativo e saudável, estando em funcionamento nos municípios de Lagoa Seca (PB), localizado no Brejo Paraibano, e de Guarabira (PB), na Zona da Mata, tendo a probabilidade de expansão futura para outros estados, em particular de municípios da região semiárida brasileira.

Diferentes intervenções dirigidas à pessoa idosa, em caráter interdisciplinar, podem contribuir para melhorar as condições de vida do idoso da região semiárida. O diálogo com instâncias governamentais e não governamentais que atuam na região é fundamental, com o intuito de estabelecer parcerias nesse processo.



Mesa de abertura do Seminário

por meio do estabelecimento de relações interinstitucionais.

Envelhecimento ativo

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre Índice de Envelhecimento, a composição etária da região semiárida é de 42 idosos (com 60 anos ou mais de idade) para cada grupo de 100 jovens (até 14 anos de idade). O Semiárido paraibano se destaca por apresentar a maior relação entre idosos e jovens (50 idosos para cada 100 jovens), e o Semiárido alagoano a menor relação (32 idosos para cada 100 jovens).

SEMIÁRIDO NA MÍDIA

Sobre processo de envelhecimento, confira reportagem de Mônica Victor, exibida no Jornal Itararé Notícias, da TV Itararé – Afiliada da TV Cultura em Campina Grande (PB).

<http://migre.me/rtAbv>

Projeto do Insa capacita comunidades rurais em produção audiovisual e promove difusão científica

Culminância do projeto ocorreu com mostra dos filmes produzidos por assentados e atraiu um público de cerca de 100 pessoas



O Semiárido em Tela, coordenado pelo Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é um projeto voltado à pesquisa, capacitação, registro e difusão da ciência por intermédio do cinema. O projeto tem como principal característica o trabalho com grupos comunitários do Semiárido brasileiro, a exemplo de crianças, jovens, mulheres e agricultores, sendo a própria população protagonista na produção de obras audiovisuais que contam histórias de convivência com a região.

No dia 08 de agosto, o Semiárido em Tela realizou mais uma Mostra de Cinema com apresentação dos filmes produzidos pela e sobre a comunidade. Desta vez o processo de capacitação e produção audiovisual foi desenvolvido no Assentamento Rural Oziel Pereira, município de Remígio (PB).

A mostra foi a culminância do curso de formação audiovisual promovido pelo projeto junto à comunidade do Assentamento. Durante três meses foram realizadas 15 oficinas, totalizando uma carga horária de 45 horas, para um grupo diversificado de 32 moradores. A comunidade não apenas colaborou na auto-organização da Mostra, mas esteve presente para assistir aos filmes produzidos.

Todo o processo de produção dos filmes desde a concepção da ideia, construção do roteiro, filmagens e montagem foi feito pelos participantes durante as oficinas. Como resultados, foram produzidos três curtas-metragens: As Loiceiras do Cajá; Agroecologia no Semiárido e Sem Terrinhas – Assentamento Oziel Pereira.

O cinema ao ar livre atraiu um público de cerca de 100 pessoas, dentre eles, moradores da comunidade, pesquisadores



Exibição dos filmes conta com grande público

e autoridades locais. Segundo Alan Kilson, jovem participante das oficinas, o mais importante foi a possibilidade de ampliar a percepção do seu lugar. ***“Primeiro foi olhar para o meu Assentamento, ver e valorizar as muitas qualidades que ele tem, e segundo foi que as outras pessoas precisam ver que mesmo morando no Semiárido, temos qualidade de vida. Eu achei muito legal mesmo, desde o processo de construção até as filmagens”***, finaliza.

Assentamento Oziel Pereira

A comunidade Oziel Pereira é um assentamento da reforma agrária formado por cerca de 50 famílias de agricultores, divididas em dois núcleos: Agrovila do Cajá e Agrovila de Lagoa do Jogo. A origem do nome Oziel Pereira é em homenagem a um militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), falecido no massacre de Eldorado dos Carajás.

Semiárido em Tela

O Semiárido em Tela foi idealizado pelo Insa junto com o projeto Cine Mandacarú e tem como principal objetivo transmitir e re-pensar a ciência através da formação em auto-registro audiovisual. O projeto atua em comunidades onde já estão sendo desenvolvidas pesquisas científicas pelo Insa. Um deles acontece na Agrovila Lagoa do Jogo, no Assentamento Oziel Pereira, em uma parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), onde está sendo realizado o projeto “Sistemas Agrícolas Familiares Resilientes a Eventos Ambientais Extremos no Contexto do Semiárido Brasileiro: alternativas para enfrentamento aos processos de desertificação e mudanças climáticas”.



Equipe participante do Semiárido em Tela

Estudo do Projeto Bramar demonstra viabilidade da água residuária do setor industrial na produção de mandacaru



Um dos principais fatores que causam a poluição ambiental é o lançamento de efluentes domésticos e industriais nos reservatórios de água. Nesse contexto, fatores como o crescimento populacional, a produção agrícola e a crescente elevação na quantidade de indústrias aumentam de forma exponencial a demanda pelo abastecimento de água.

Essa realidade incentiva, cada vez mais, o reúso da água tanto de origem doméstica como industrial. Alinhado a essa problemática, em abril deste ano foi iniciada a pesquisa de Pós-Doutorado Empresarial **“Utilização de efluentes de laticínios na produção de mandacaru sem espinho no Semiárido nordestino”**, da pesquisadora Sandra Maria Campos Alves. O estudo está ligado ao projeto Bramar e é realizado no Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Semiárido (Ufersa), em Mossoró (RN).

No Semiárido brasileiro existem cerca de 85 espécies de cactos, entre elas o mandacaru, cactácea nativa resistente às chuvas irregulares e adaptada às condições climáticas da região. Uma variedade do mandacaru é a espécie sem espinhos, que possui um manejo acessível e um teor de proteína de 18% mais alto que a palma, que é de 8% o que representa elevado potencial nutricional para a alimentação animal.

A pesquisa objetiva a análise dos efeitos da aplicação de água residuária de laticínios na produção do mandacaru sem espinho, e foi implementada em uma área experimental com cerca de 50m² para a produção da espécie forrageira. Um total de 100 mudas foi plantado em 25 parcelas experimentais, irrigadas a cada 15 dias com os efluentes industriais.

Resultados preliminares do experimento apontam que o uso deste tipo de efluente na produção de mandacaru sem espinho permite aumentar a produção de biomassa da planta, em período de tempo mais curto, que é de suma importância para a alimentação dos rebanhos em estíagens prolongadas.

“Observamos nestes cinco meses de aplicação do efluente que as mudas que receberam as doses apresentaram maior crescimento e aumento no número de cladódios (caules modificados) em relação às mudas de sequeiro (recebem somente água da chuva)”, destaca a pesquisadora. Outro resultado do experimento foi o enraizamento de 90% das mudas testadas, apenas em 10% delas houve a necessidade de serem transplantadas. As informações relacionadas às medições biométricas, químicas e de potencial nutricional do mandacaru serão obtidas a partir de março de 2016.



Experimento com mandacaru sem espinhos

Segundo Rafael Batista, integrante do Projeto Bramar e professor do Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas da Ufersa, o reúso da água é uma necessidade imediata ao setor industrial de Mossoró, tendo em vista que a escassez hídrica no município está sendo impulsionada pela redução gradual nas reservas de águas subterrâneas, os aquíferos Jandaíra e Arenito Açú, e superficiais como a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves.

“Os grandes setores industriais do município com produção de petróleo, sal, fruticultura, castanha de caju e outros geram quantidades consideráveis de resíduos líquidos que mediante tratamento adequado podem ser utilizados com critério na produção agrícola e florestal”, destaca.

Projeto Bramar

Com atuação em áreas experimentais do Nordeste brasileiro, o projeto Bramar, de cooperação entre Brasil e Alemanha, realiza estudos em rede com grupos de pesquisadores de instituições parceiras na área de recursos hídricos. Com o objetivo de buscar alternativas com embasamento científico do uso agrícola das águas residuárias industriais de Mossoró (RN), um dos grupos da pesquisa que se dedica à análise do potencial das águas residuárias avalia os efeitos da aplicação destes efluentes na produção de cultivos agrícolas, forrageiras e cultivos florestais.

EVENTOS

1º Congresso de Agroecologia do Semiárido e 7º Simpósio Brasileiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

Quando: 13 a 16 de outubro
Onde: Mossoró (RN)
Local: Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa)
Realização: Ufersa, IFRN, Uern, Insa/MCTI e demais parceiros.
Informações: <http://conasem2015.wix.com/inicio>



10º Congresso Nordestino de Produção Animal

Quando: 17 a 19 de novembro
Onde: Teresina (PI)
Local: Campus Ministro Petrônio Portella da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Realização: Sociedade Nordestina de Produção Animal (SNPA) e UFPI, em articulação com diversas outras instituições.
Informações: <http://cnpa2015.com.br/index.php>



X Congresso Nordestino de Produção Animal
17 a 19 de novembro
Teresina - Piauí

Mesa-redonda “Abelhas nativas do Brasil: conhecer para melhor protegê-las”

Quando: 16 de setembro
Onde: Campina Grande (PB)
Local: Auditório do Insa
Realização: Insa, Aspama e Correios
Lançamento do Selo comemorativo dos Correios Abelhas Brasileiras Melíponas – Abelhas sem ferrão



EXPEDIENTE

Governo do Brasil

Presidência da República
Dilma Vana Rouseff

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Instituto Nacional do Semiárido

Diretor
Ignacio Hernán Salcedo
Diretor Substituto
Salomão de Sousa Medeiros
Coordenador de Pesquisa
Aldrin Martin Perez Marin

EDITORIAL

Jornalista Responsável:
Catarina Buriti (MTB 3109/PB)

Equipe:
Rodeildo Clemente
Matheus Lino
Ermaela Cícera

Projeto Gráfico: Wedsley Melo